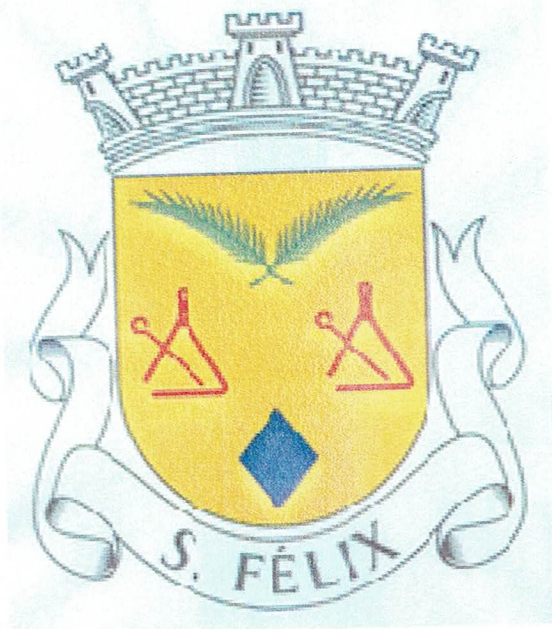


FREGUESIA DE S. FÉLIX



REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES PREVISTAS NO nº. 3 do artigo 16º da LEI nº. 75/2013, de 12/09

- **VENDA AMBULANTE DE LOTARIAS**
- **ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS**
- **ACTIVIDADES RUIDOSAS DE CARÁCTER TEMPORÁRIO QUE RESPEITEM A FESTAS POPULARES, ROMARIAS, FEIRAS, ARRAIAIS E BAILES**

PREÂMBULO

A Lei 75/2013, de 12 de Setembro transfere para as Juntas de Freguesia as competências das Câmaras Municipais em matérias de licenciamento de venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis e actividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugada com a alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, sob proposta da Junta de Freguesia, aprova o seguinte Regulamento de licenciamento de vendedor ambulante de lotarias, arrumador de automóveis e actividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

Lei habilitante

A presente proposta de regulamento da Freguesia tem como leis habilitantes:

1. Actividade de Venda Ambulante de Lotarias, Decreto - Lei nº 310/2002, de 18/12, republicado pelo Decreto - Lei nº 204/2012, de 29/08; Lei nº 75/2013, de 12/09 - alínea a) nº 3 do artigo 16.º.
2. Actividade de Arrumador de Automóveis, Decreto - Lei nº 310/2002, de 18/12, republicado pelo Decreto - Lei nº 204/2012, de 29/08; Lei nº 75/2013, de 12/09 - alínea b) nº 3 do artigo 16.º.
3. Actividades Ruidosas de Carácter Temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes, Dec. Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, em parte alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2007, de 1 de Agosto; Lei nº 75/2013, de 12/09 - alínea c) nº 3 do artigo 16.º.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Âmbito e objecto

O presente regulamento estabelece o regime do exercício das seguintes actividades:

- a) Venda ambulante de lotarias;
- b) Arrumador de automóveis;
- c) Actividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

CAPÍTULO II

VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS

Artigo 2.º

Licenciamento

É da competência da Junta de Freguesia a atribuição da licença para o exercício da actividade de venda ambulante de lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Artigo 3.º

Procedimento de licenciamento

- 1) As licenças apenas podem ser concedidas a maiores de 18 anos.
- 2) O pedido de licenciamento da actividade de vendedor ambulante é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia, através de requerimento próprio, do qual deverá constar a identificação completa do(a) interessado(a), morada, estado civil e número de contribuinte fiscal, e será acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou cartão de cidadão;
 - b) Fotocópia do cartão de Identificação fiscal;
 - c) Fotocópia de declaração de início de actividade ou declaração do IRS;
 - d) Certificado do registo criminal;
 - e) Duas fotografias;
- 3) A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licença no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da recepção do pedido.
4. Após deferimento do licenciamento é emitido, pela Junta de Freguesia, um cartão de vendedor ambulante, de acordo com o modelo anexo ao presente Regulamento, do qual faz parte integrante, válido por cinco anos a contar da data de emissão ou renovação.
- 5) A licença é válida até 31 de Dezembro do ano respectivo, e a sua renovação deverá ser feita durante o mês de Janeiro.
- 6) A renovação da licença é averbada no registo e no cartão de identificação respectivos.

Artigo 4.º

Cartão de vendedor ambulante/Identificação do vendedor

- 1) Cada vendedor ambulante será portador de um cartão de identificação, pessoal e intransmissível, plastificado e com dispositivo de fixação que permita a sua exibição permanente, que será obrigatória durante o exercício da actividade, com fotografia actualizada do seu titular e válido por cinco anos, a contar da data da sua emissão ou renovação, de modelo a aprovar pela Junta de Freguesia.
- 2) A Junta de Freguesia elaborará um registo dos vendedores ambulantes de lotarias que se encontram autorizados a exercer a sua actividade, do qual constem todos os elementos referidos na licença concedida, tendo anexada uma fotografia do vendedor.

Artigo 5.º
Regras de conduta

- 1) Os vendedores ambulantes de lotaria são obrigados:
 - a) A exhibir o cartão de identificação, usando-o no lado direito do peito;
 - b) A restituir o cartão de identificação, quando a licença tiver caducado.
- 2) É proibido aos referidos vendedores:
 - a) Vender jogo depois da hora fixada para o início da extracção da lotaria;
 - b) Anunciar jogo por forma contrária às restrições legais em matéria de publicidade.

CAPÍTULO III
ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS

Artigo 6º.
Licenciamento

É da competência da Junta de Freguesia a atribuição da licença para o exercício da actividade de arrumador de automóveis.

Artigo 7.º
Procedimento de licenciamento

- 1) As licenças apenas podem ser concedidas a maiores de 18 anos.
- 2) O pedido de licenciamento da actividade de arrumador de automóveis é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia, através de requerimento próprio, do qual deverá constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil e número de contribuinte fiscal, e será acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou cartão de cidadão;
 - b) Fotocópia do cartão de Identificação fiscal;
 - c) Fotocópia de declaração de início de actividade ou declaração do IRS;
 - d) Certificado do registo criminal;
 - e) Duas fotografias;
- 3) Do requerimento deverá constar a zona ou zonas para que é solicitada a licença;
- 4) A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licença no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da recepção do pedido;
- 5) Após deferimento do licenciamento é emitido, pela Junta de Freguesia, um cartão para o exercício de actividade de arrumador de automóveis, de acordo com o modelo anexo ao presente Regulamento, do qual faz parte integrante, válido por um ano a contar da data de emissão ou renovação;
- 6) A licença tem a validade anual e a sua renovação será requerida durante o mês de Novembro ou até trinta dias antes de caducar a sua validade.

Artigo 8.º

Cartão de arrumador de automóveis/Identificação do arrumador

- 1) Cada arrumador de automóveis será portador de um cartão de identificação, pessoal e intransmissível, plastificado e com dispositivo de fixação que permita a sua exibição permanente, que será obrigatória durante o exercício da actividade, com fotografia actualizada do seu titular e válido por cinco anos, a contar da data da sua emissão ou renovação, de modelo a aprovar pela Junta de Freguesia.
- 2) A Junta de Freguesia elaborará um registo dos arrumadores de automóveis que se encontram autorizados a exercer a sua actividade, do qual constem todos os elementos referidos na licença concedida, tendo anexada uma fotografia do arrumador.

Artigo 9.º

Seguro

Aquando do levantamento da licença, o requerente deve apresentar seguro de responsabilidade civil que garanta o pagamento de possíveis indemnizações dos danos causados a terceiros no exercício da sua actividade.

Artigo 10.º

Regras de actividade

1. Os arrumadores de automóveis devem:
 - a). Exercer a sua actividade exclusivamente na área ou zona constante da licença;
 - b). A exhibir o cartão de identificação durante o exercício da sua actividade;
 - c). A restituir o cartão de identificação, quando a licença tiver caducado;
 - d). Zelar pela integridade das viaturas estacionadas e alertar as autoridades em caso de ocorrência que as ponha em risco.
2. É proibido aos arrumadores de automóveis:
 - a). Aceitar qualquer pagamento como contrapartida pela actividade, apenas podendo ser aceites as contribuições voluntárias com que os automobilistas, espontaneamente, desejem gratificar o arrumador;
 - b). Importunar os automobilistas, oferecendo artigos para venda ou procedendo à prestação de serviços não solicitados, como a lavagem de automóveis estacionados.

CAPÍTULO IV

Actividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

Artigo 11.º

1. Actividade ruidosa temporária, é uma actividade que, não constituindo um ato isolado, tem carácter não permanente e que produz ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído.

- 2) É proibido o exercício de actividades ruidosas temporárias na proximidade de:
- a) Edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados e nos dias úteis entre as 20 horas de um dia e as 8 horas do dia seguinte;
 - b) Escolas, durante o respectivo horário de funcionamento;
 - c) Hospitais e estabelecimentos similares.

Artigo 12º.

- 1) O exercício de actividades ruidosas temporárias, previsto no artigo anterior, pode ser autorizado, em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído pela Junta de Freguesia, que fixa as condições de exercício da actividade.

Artigo 13º

Procedimento de licenciamento

- 1) A licença de actividade ruidosa temporária é requerida pelo(a) interessado(a), com a antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data do início da actividade, devendo ser indicado:
- a) Localização exacta ou percurso definido para o exercício da actividade;
 - b) Datas de início e termo da actividade e respectivo horário;
 - c) Razões que justificam a realização da actividade naquele local e hora;
 - d) As medidas de prevenção, controle e de redução do ruído propostas, quando aplicável;
 - e) Outras informações consideradas relevantes.
- 2) Ao requerimento deverá ser anexado:
- a) Fotocópia do B.I. ou Cartão de Cidadão;
 - b) Cartão de Contribuinte e ou cartão de pessoa colectiva, caso se trate de colectividade.
- 3) A Junta de Freguesia poderá solicitar, caso assim o entenda, que ao pedido de licença especial de ruído, seja anexo o plano de segurança para a realização da actividade ruidosa.
- 4) Caso a Junta de Freguesia entenda ser necessária a prestação de mais alguma informação ou esclarecimento adicional, aos elementos indicados no ponto 1 deste artigo, pode solicitar os mesmos por documento escrito (e-mail ou ofício) ao (à) interessado(a) pela licença.
- 5) Para efeitos do número anterior, deverá o(a) interessado(a) prestar os devidos esclarecimentos adicionais no prazo de três dias úteis, após a recepção do referido documento.
- 6) A licença especial do ruído só pode ser emitida pela Junta de Freguesia até às 24 horas de todos os dias, salvo deliberação/decisão fundamentada, por motivos devidamente justificados.
- 7) Para efeitos do número anterior a deliberação, poderá permitir um horário que nunca ultrapasse as 04h 00 m do dia seguinte do início da festa, caso a mesma ocorra ao fim de semana ou vésperas de feriado.

8) A Junta de Freguesia ou o Presidente, caso tenha delegação de competências da Junta, aprecia o requerimento apresentado e decide.

9) O despacho ou deliberação de deferimento determinam a emissão de licença.

10) Quanto à realização de espectáculos em recintos improvisados ou de diversão provisória, em vias ou qualquer outro lugar público, a Junta de Freguesia articula com a Câmara Municipal, alertando os requerentes para a obrigatoriedade de se dirigirem aos respectivos serviços camarários, para requererem tal licenciamento, visto, tal competência, ser destes serviços, o mesmo devendo ser feito pelos serviços camarários, caso os requerentes se desloquem, em primeiro lugar, à Câmara Municipal.

11) A licença especial de ruído, quando emitida por um período superior a um mês, fica condicionada ao respeito nos receptores sensíveis do valor limite do indicador L (índice Aeq) do ruído ambiente exterior de 60 dB(A) no período do entardecer e de 55 dB(A) no período nocturno .

12) Para efeitos de verificação dos valores referidos no número anterior, o indicador L (índice Aeq) reporta-se a um dia para o período de referência em causa.

13) Não carece de licença especial de ruído o exercício de uma actividade ruidosa temporária promovida pela Junta de Freguesia, ficando a mesma sujeita aos valores limites fixados no ponto 8 do presente artigo.

14) A exigência do cumprimento dos valores limite previstos no ponto 8, do presente artigo, pode ser dispensada pela Junta de Freguesia, no caso de obras em infra-estruturas de transporte, quando seja necessário manter em exploração a infra-estrutura ou quando, por razões de segurança ou de carácter técnico, não seja possível interromper os trabalhos.

15) A exigência do cumprimento dos valores limite previstos no ponto 8, do presente artigo, pode ser ainda excepcionalmente dispensada, por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e dos transportes, no caso de obras em infra-estruturas de transporte cuja realização se revista de reconhecido interesse público.

Artigo 13º.

Às situações omissas no presente capítulo IV, nomeadamente no que respeita à fiscalização e regime contra-ordenacional, aplica-se o disposto no Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro.

Capítulo V Disposições finais

Artigo 14.º Taxas

Pela prática dos actos referidos no presente Regulamento bem como pela emissão das respectivas licenças, são devidas as taxas fixadas na Tabela de Taxas e Licenças em vigor na Junta de Freguesia.

Figura Junta
Presença Junta

Artigo 15.º

1. Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento, aplicam-se subsidiária e sucessivamente os diplomas legais mencionados no artigo 2º da Lei nº 53-E/2006, de 29/12, na sua redacção actual.
2. A interpretação e integração das lacunas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão apreciadas pela Junta de Freguesia.

Artigo 16º.

Entrada em Vigor

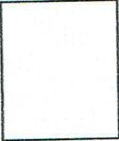
O presente Regulamento entra em vigor 15 dias úteis após a sua publicação em edital a afixar no edifício da sede da Junta de Freguesia.



ANEXO I

Modelo de Cartão de Identificação de Vendedor Ambulante de Lotarias

(Frente)

brasão	FREGUESIA DE JUNTA DE FREGUESIA	
	VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS	
	N.º _____	
NOME:	_____	
B.I / C.C nº	_____	
Morada:	_____	
Em ____/____/____	O PRESIDENTE DA JUNTA _____	

(Verso)

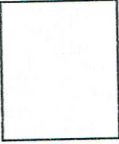
PERÍODO DE VALIDADE		
NÚMERO DE ORDEM	REVALIDADO ATÉ	RÚBRICA

Observações:
Nos termos da Lei em vigor, o presente cartão é pessoal, intransmissível e válido apenas para a área desta Freguesia.

ANEXO II

Modelo de Cartão de Identificação de Arrumador de Automóveis

(Frente)

brasão	FREGUESIA DE JUNTA DE FREGUESIA	
	ARRUMADOR AUTOMÓVEIS	
N.º _____		
NOME: _____		
B.I / C.C nº _____		
Morada: _____		
Em ____/____/____		O PRESIDENTE DA JUNTA _____

(Verso)

PERÍODO DE VALIDADE		
NÚMERO DE ORDEM	REVALIDADO ATÉ	RÚBRICA

Observações:
Nos termos da Lei em vigor, o presente cartão é pessoal, intransmissível e válido apenas para a área deste Freguesia.

